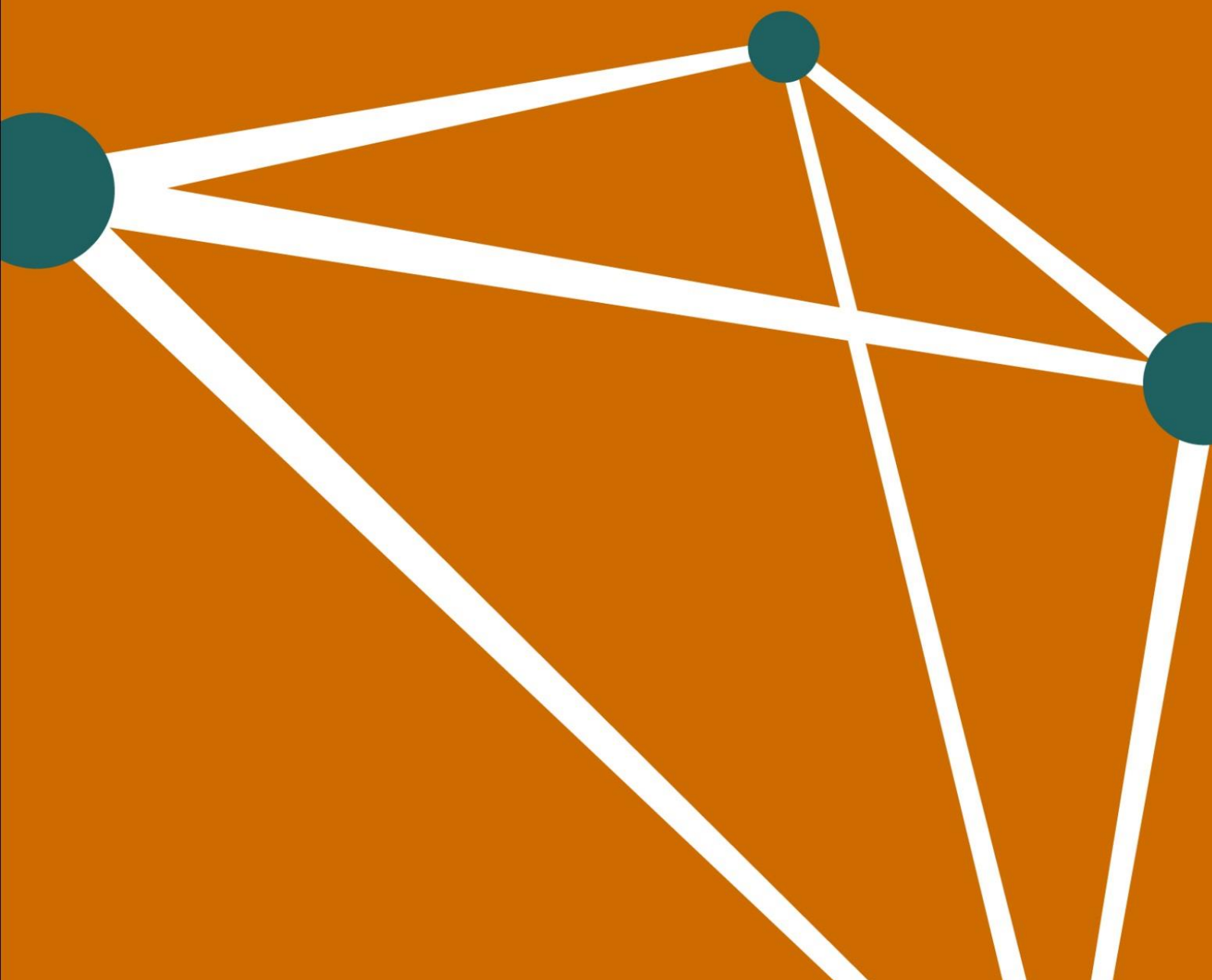


RELATÓRIO DE RESULTADOS **FNDCT** **2016**



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	4
2	FINANCIAMENTO NÃO REEMBOLSÁVEL ÀS ICTS	5
2.1	RESULTADOS DA FINEP 2016	5
2.2	RESULTADOS DO CNPQ 2016	10
3	SUBVENÇÃO ECONÔMICA	12
4	FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL	19
5	OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO	26
5.1	INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS	26
5.2	GARANTIA DE LIQUIDEZ	27

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - LINHAS DE AÇÃO DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016.....	20
QUADRO 2 – CARTEIRA DE FUNDOS ENCERRADOS	26
QUADRO 3 – DESINVESTIMENTOS REALIZADOS PELOS FUNDOS EM 2016.....	27
QUADRO 4 – FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM RETORNO AO FNDCT EM 2016	27

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS POR EIXO ESTRATÉGICO	6
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS POR REGIÃO	9
FIGURA 3 - OPERAÇÕES ENCERRADAS EM 2016 POR ÁREA DE CONHECIMENTO.....	10
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BOLSISTAS COM PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 FINANCIADOS COM RECURSOS DO FNDCT POR AGÊNCIA E REGIÃO.	11
FIGURA 5- VALORES RELATIVOS AOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016	13
FIGURA 6 - PERCENTUAL DE PROJETOS ENCERRADOS POR OBJETO DE FINANCIAMENTO	15
FIGURA 7 - PROJETOS DE SUBVENÇÃO ENCERRADOS POR TEMA PRIORITÁRIO	16
FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS EXECUTORAS POR PORTE	17
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS POR SETOR DA ECONOMIA	18
FIGURA 10 - VALORES DOS PROJETOS REEMBOLSÁVEIS ENCERRADOS EM 2016.....	22
FIGURA 11 – CARTEIRA DE PROJETOS DE CRÉDITO REEMBOLSÁVEL (STATUS E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA).....	24

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- PROJETOS ENCERRADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 POR ANO DE CONTRATAÇÃO	6
TABELA 2 – PROJETOS ENCERRADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 POR EIXO ESTRATÉGICO	7
TABELA 3 - PROJETOS ENCERRADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 POR CATEGORIA	9
TABELA 4 - PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR DEMANDA	14
TABELA 5 - VALORES DOS PROJETOS DE SUBVENÇÃO POR REGIÃO	16
TABELA 6 - CONTRATADOS, LIBERADOS E CONTRAPARTIDA POR PORTE DA EMPRESA EXECUTORA	17
TABELA 7 -VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR OBJETO DE FINANCIAMENTO	23
TABELA 8 – VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR REGIÃO GEOGRÁFICA	24
TABELA 9 – VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR PORTE DA EMPRESA	25
TABELA 10 - VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR SETOR DA ECONOMIA.....	25

1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados dos projetos de ciência, tecnologia e inovação encerrados em 2016 apoiados com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em todas as modalidades de apoio, a saber: apoio reembolsável; apoio não reembolsável (incluindo bolsas) a Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambas agências executoras dos recursos do Fundo; equalização de financiamentos reembolsáveis; subvenção econômica; e investimentos (fundos e garantia de liquidez).

Como em Relatórios de anos anteriores, a metodologia de análise de resultados baseia-se no conjunto de projetos encerrados durante o exercício de 2016. A análise realizada para este conjunto baseia-se nos dados disponíveis nos sistemas de informação das agências executoras e é centrada no perfil dos projetos em relação a variáveis como valores contratados e liberados, região geográfica do executor, porte da empresa, setor econômico, área de conhecimento e objeto do financiamento.

Finalmente, cabe destacar que esse relatório é resultado de um trabalho preliminar de análise e avaliação de resultados, o qual deverá ser aperfeiçoado à medida em que evolui a implementação de sistemas de avaliação de resultados e impactos nas agências responsáveis pela utilização de recursos do FNDCT.

Este documento é composto por quatro capítulos além dessa apresentação: o Capítulo 2 trata dos financiamentos não reembolsáveis a ICTs, o Capítulo 3 apresenta os resultados das operações de subvenção econômica, o Capítulo 4 detalha as operações de financiamento reembolsável e o Capítulo 5 os investimentos.

2 FINANCIAMENTO NÃO REEMBOLSÁVEL ÀS ICTs

A história do financiamento não reembolsável às ICTs se confunde com a própria história do FNDCT e da Finep. O FNDCT foi instituído pelo Governo Federal em 31 de julho de 1969 destinado a financiar a expansão do sistema de C&T, tendo a Finep como sua Secretaria Executiva a partir de 1971, ficando esta responsável por todos os atos de natureza técnica e administrativa necessários à gestão do Fundo. Desde então a Finep promoveu ao longo dos anos, com recursos não reembolsáveis, predominantemente do FNDCT, intensa mobilização na comunidade científica, ao financiar a implantação de novos grupos de pesquisa, a criação de programas temáticos, a expansão da infraestrutura de C&T e a consolidação institucional da pesquisa e da pós-graduação no País. Estimulou também a articulação entre universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria e contratantes de serviços, produtos e processos.

A partir de 1999, a Finep também assumiu, no âmbito do FNDCT, a Secretaria Executiva dos então recém-lançados Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Os Fundos foram criados na perspectiva de serem fontes complementares de recursos para financiar o desenvolvimento de setores estratégicos para o País. Suas receitas provêm de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos setores e de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos e a transferência de tecnologia do exterior.

As prioridades da política são explicitadas pela Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI), que foi atualizada para o período 2016-2022 e lançada em maio de 2016. As Ações dos Fundos Setoriais e as Ações Transversais são definidas com base na governança estabelecida pelo Conselho Diretor do FNDCT (CD-FDCT), sendo os projetos não reembolsáveis apresentados à Finep em resposta às demandas operadas nas formas de cartas-convite, chamadas públicas ou encomendas autorizadas pelo MCTI na forma de Termos de Referências (TR).

2.1 RESULTADOS DA FINEP 2016

No ano de 2016, foram encerrados 169 projetos apoiados por meio do financiamento não reembolsável às ICTs, no valor total de R\$ 501,4 milhões, dos quais R\$ 7,51 milhões foram desembolsados no exercício de 2016 e R\$ 409,80 milhões em anos anteriores. O saldo restante de R\$ 84,24 milhões, ou 17% do total contratado, referem-se a parcelas devolvidas ou canceladas.

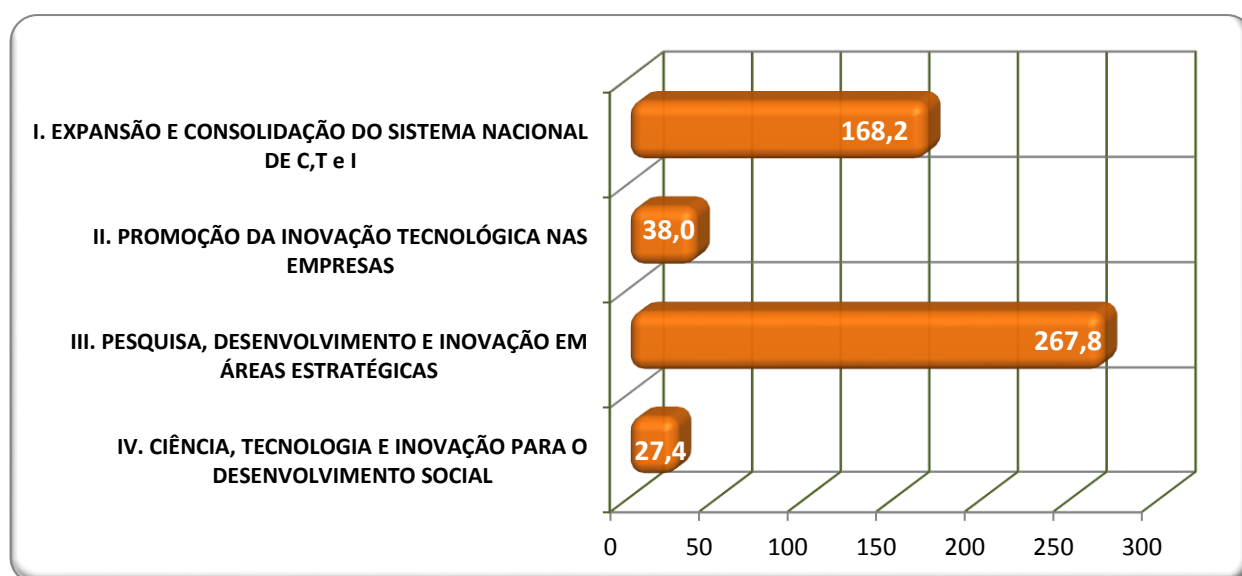
Dos 169 projetos objeto desta avaliação, 111 foram contratados nos últimos cinco anos e estão dentro do prazo esperado, levando-se em conta que a maioria dos projetos possuem um prazo de execução variando entre 36 a 60 meses. Os demais 58 são projetos de anos anteriores, sendo que apenas três apresentaram prazo de execução excessivamente longo, acima de dez anos. Os projetos apoiados por meio da descentralização não estão incluídos nesse relatório.

TABELA 1- PROJETOS ENCERRADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 POR ANO DE CONTRATAÇÃO

Ano de Contratação	Nº de Projetos
2005	1
2006	2
2007	0
2008	4
2009	11
2010	40
2011	25
2012	50
2013	28
2014	7
2015	1
Total	169

Fonte: Finep/APLA

No que tange a eixos estratégicos das Políticas de Ciência e Tecnologia vinculadas às Políticas Industriais (Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – PACTI, vinculada ao Plano de Desenvolvimento Produtivo - PDP e Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação- ENCTI ao Plano Brasil Maior - PBM), observa-se na **Figura 1** uma predominância do investimento em ações vinculados ao eixo III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, com 53% dos valores contratados.

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS POR EIXO ESTRATÉGICO

Fonte: Finep/APLA. Em R\$ milhões.

A **Tabela 2** ilustra os valores contratados e liberados dos projetos encerrados em 2016 por tipo/eixo de ação e a **Tabela 3**, por categoria.

TABELA 2 – PROJETOS ENCERRADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 POR EIXO ESTRATÉGICO

I. EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE C,T e I			
Ações	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor liberado
CHAMADA PÚBLICA INFRAESTRUTURA EM CAMPI ESTADUAIS E MUNICIPAIS 03/2009	7	7,5	6,9
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/AÇÃO TRANSVERSAL PRO-INFRA 01/2007	2	4,3	2,9
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/CT-INFRA - CAMPI REGIONAIS - 01/2010	5	6,6	5,2
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/CT-INFRA - NOVOS CAMPI 02/2008	3	4,8	4,8
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2008	5	23,2	22,6
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2009	8	24,0	21,0
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/CT-INFRA - PROINFRA - 02/2010	8	11,4	11,3
CHAMADA PÚBLICA MCTI/Finep/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2011	13	24,9	21,0
CHAMADA PÚBLICA MCTI/Finep/CT-INFRA 01/2013	8	14,1	14,0
CONV ESTADOS - MCT/Finep/AÇÃO TRANSVERSAL - PROJ EST C,TEI – 12/2007	2	13,9	13,2
ENCOMENDA PROJETOS ESTRUTURANTES	1	2,5	2,5
ENCOMENDA TRANSVERSAL DE INFRAESTRUTURA	3	3,5	3,5
ENCOMENDA TRANSVERSAL PROJETOS DE PESQUISA	1	2,6	2,3
ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	7	12,6	12,1
INFRAESTRUTURA DE PESQUISA EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS - 01/2013	7	10,9	10,9
INFRAESTRUTURA DE PESQUISA EM UNIVERSIDADES PRIVADAS 07/2010	2	1,4	1,4
	82	168,2	155,4

II. PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS EMPRESAS			
Ações	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor liberado
CHAMADA PÚBL. MCT/Finep/AÇÃO TRANSVERSAL - SIBRATEC 03/2008	2	5,4	4,3
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/AT - PNI - PARQUES TECNOLÓGICOS 11/2010	2	10,6	10,6
CHAMADA PÚBLICA/MCT/Finep - CT-AERO - TECSA 01/2010	1	1,8	1,7
CONVITE MCT/Finep/AT - REDES DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA - SIBRATEC 2009	2	4,6	1,2
COOPERAÇÃO IPCTS-EMPRESAS - NAVIPEÇAS- 01/2013	1	2,3	1,1
ENCOMENDA TRANSVERSAL SIBRATEC - REDES DE CENTROS DE INOVAÇÃO	8	6,6	5,8
PROGRAMA TECNOVA - AÇÃO TRANSVERSAL	1	0,3	0,1
PRÓ-INOVA - NÚCLEOS DE APOIO À GESTÃO DA INOVAÇÃO - 11/2010	5	6,5	5,9
	22	38,0	30,8

III. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

Ações	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor liberado
CARTA-CONVITE MCT/Finep/AÇÃO TRANSVERSAL - OEPAS - 08/2010	2	2,6	1,4
CHAMADA PÚBL. MCT/Finep/CT-PETRO - REDES TEMÁTICAS - 01/2009 - LINHA 1	3	4,0	3,9
CHAMADA PÚBL. MCT/Finep/CT-PETRO - REDES TEMÁTICAS - 01/2009 - LINHA 2	4	5,7	5,7
CHAMADA PÚBLICA MCT/ Finep CT-HIDRO 01/2010	3	5,2	4,7
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep - CT-ENERG - ENERGIA ELÉTRICA - 01/2009	1	1,0	1,0
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep - INFRAESTRUTURA DO PRÉ-SAL	1	4,8	4,3
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep - PRÉ-SAL COOPERATIVOS ICT-EMPRESAS 03/2010	7	8,6	8,1
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/AÇÃO TRANSVERSAL - NANOTECNOLOGIA - 05/2009	3	4,3	4,2
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/AT - CARCINICULTURA 09/2010	1	0,9	0,9
CHAMADA PÚBLICA MCT/Finep/CT-PETRO - PROMOPETRO - 02/2009	1	0,8	0,8
CP MCT/Finep/MS/SCTIE/DECIT - CENTROS DE TECNOLOGIA CELULAR 06/2008	2	5,5	4,7
ENCOMENDA CT ENERG-GERAL	1	35,4	32,2
ENCOMENDA TRANSVERSAL DE PROJETO DE PESQUISA COM SUBPROJETOS	3	32,4	27,4
ENCOMENDA TRANSVERSAL PROJETOS DE PESQUISA	8	133,9	89,0
ENCOMENDA VERTICAL DE INFRAESTRUTURA	1	3,2	2,7
ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	5	9,7	9,2
FÁRMACOS E MEDICAMENTOS - 04/2010	1	1,2	1,2
INOVA AERODEFESA 04/2013	1	4,0	2,3
PRODUTOS MÉDICOS E BIOMATERIAIS 05/2010	3	1,6	1,5
MCT/MPA/Finep/CT-AGRO-INOVAÇÃO EM PESCA E AQUICULTURA - 02/2010	3	2,8	2,8
	54	267,8	208,0

IV. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ações	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor liberado
CHAMADA PÚBLICA-COOPERAÇÃO EMPRESA-ICT-TECNOLOGIA ASSISTIVA - 01/2011	2	4,7	4,0
CP MCT/Finep/AT - TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL 1/2009	1	0,7	0,7
ENCOMENDA TRANSVERSAL PROJETOS DE PESQUISA	1	0,5	0,5
ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	5	18,6	15,5
SINAT - INFRAESTRUTURA LABORATORIAL - 10/2010	1	1,3	1,3
TECNOLOGIA ASSISTIVA - 01/2013	1	1,5	0,8
	11	27,4	22,9

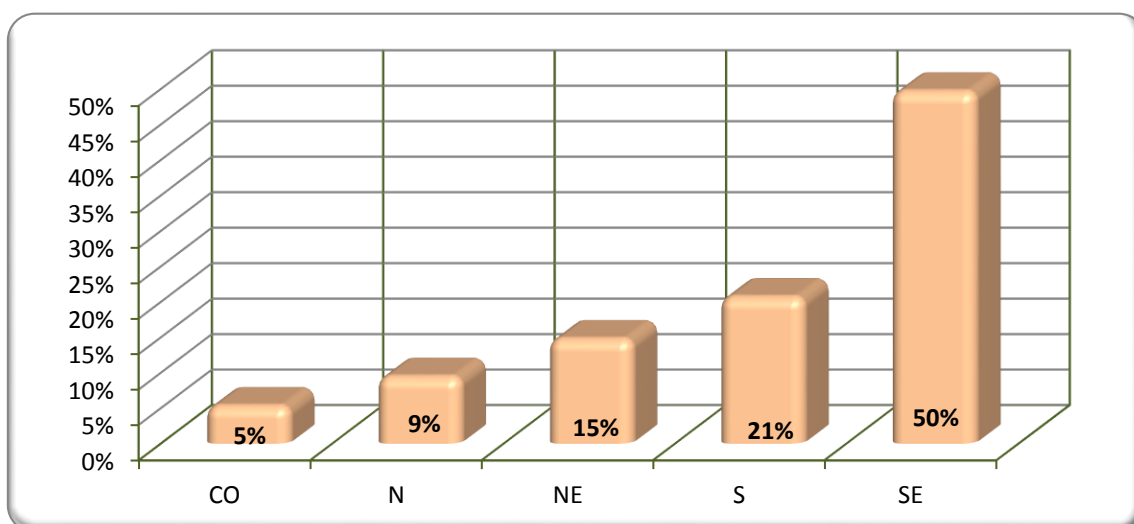
Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

TABELA 3 - PROJETOS ENCERRADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 POR CATEGORIA

Categoria do Projeto	Nº de Operações	Valor Liberado	%
Cooperativos ICTs-Empresas	7	8,1	2%
Infraestrutura	79	181,7	44%
Projeto de Pesquisa	60	196,5	47%
Serviços Tecnológicos/Extensionismo	23	30,8	7%
Totais	169	417,2	100%

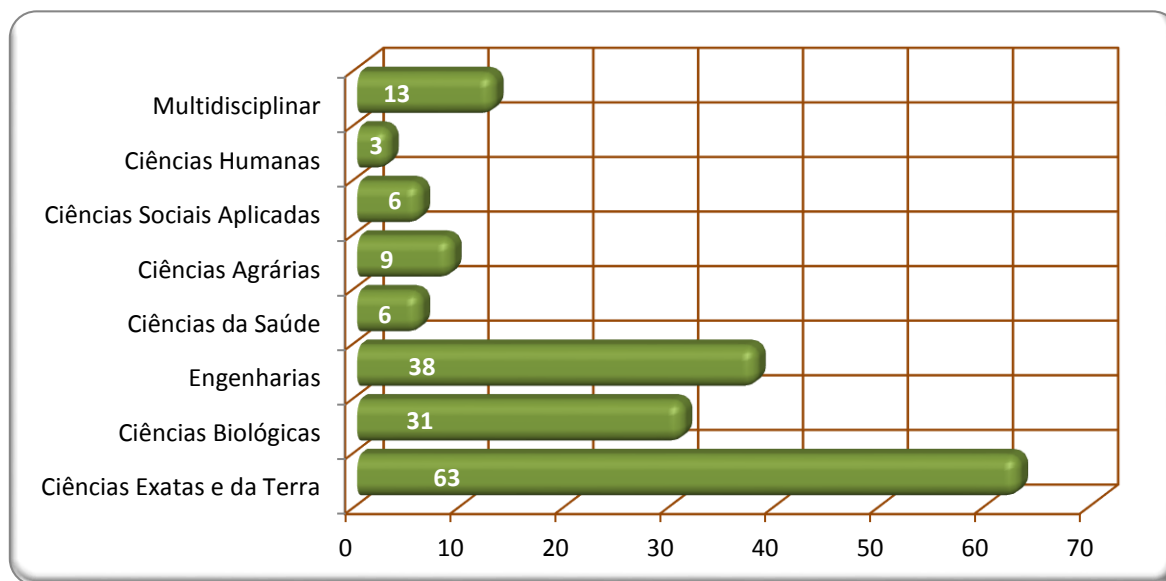
Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

Em relação à distribuição regional, observa-se uma concentração de operações na região Sudeste (50%), conforme demonstrado na **Figura 2**.

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS POR REGIÃO

Fonte: Finep/APLA

A **Figura 3** apresenta a distribuição por grande área do conhecimento. Em 2016, 78% dos projetos encerrados se enquadravam nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e Engenharias.

FIGURA 3 - OPERAÇÕES ENCERRADAS EM 2016 POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Fonte: Finep/APLA

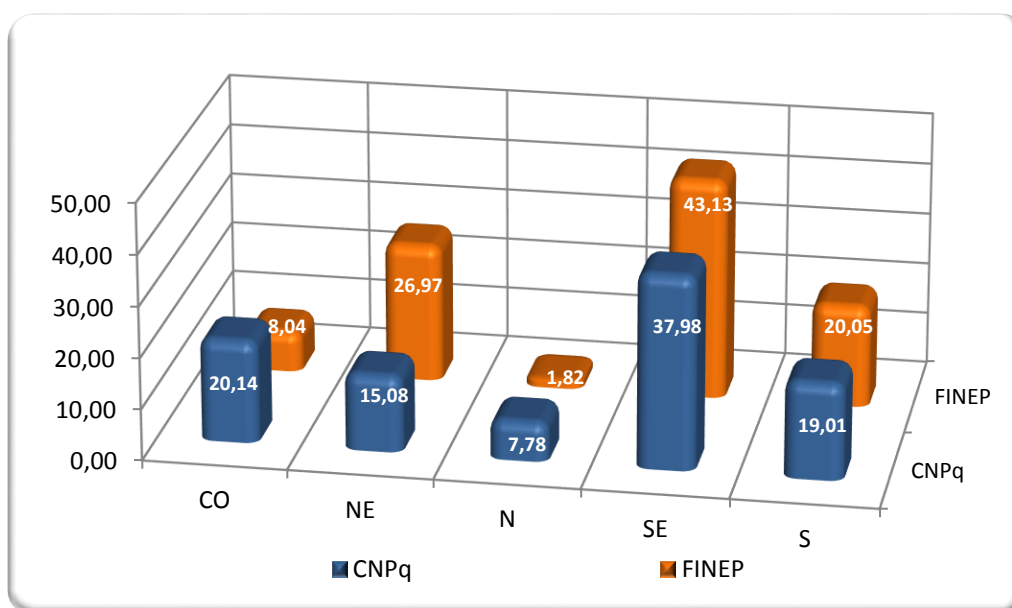
Os números apresentados mostram que cerca de 83% do orçamento alocado para os projetos encerrados em 2016 foi executado. Isto sugere que os projetos foram finalizados, em sua maioria, de acordo com o cronograma estipulado.

2.2 RESULTADOS DO CNPQ 2016

O CNPq, com os recursos do FNDCT, tem apoiado a ciência brasileira com um importantíssimo aporte de recursos ao financiamento de projetos em ciência, tecnologia e inovação, incluindo a formação de recursos humanos em C,T&I.

Um total de 6.912 bolsistas contratadas pelo CNPq - 5.755 do CNPq e 1.157 oriundos de projetos aprovados pela Finep - finalizaram seus projetos, sendo a maior parcela de bolsistas localizados na região sudeste. Apesar da alta concentração de bolsistas ainda na região sul-sudeste, pode-se observar um aumento no percentual de bolsistas nas regiões norte, nordeste e centro-oeste que superaram o teto estabelecido, por normativo legal, de 30% do total de recursos aplicados nestas regiões (**Figura 4**).

FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BOLSISTAS COM PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 FINANCIADOS COM RECURSOS DO FNDCT POR AGÊNCIA E REGIÃO.



Fonte: CNPq

3 SUBVENÇÃO ECONÔMICA

A subvenção econômica tem por objetivo ampliar as atividades de inovação, incentivar projetos de maior risco tecnológico e incrementar a competitividade das empresas e das economias nacionais, sendo largamente utilizada em países desenvolvidos. Essa modalidade de financiamento, prevista no arcabouço normativo da Organização Mundial do Comércio (OMC), consiste na concessão de recursos de natureza não reembolsável a empresas para o apoio à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, com vistas a promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores.

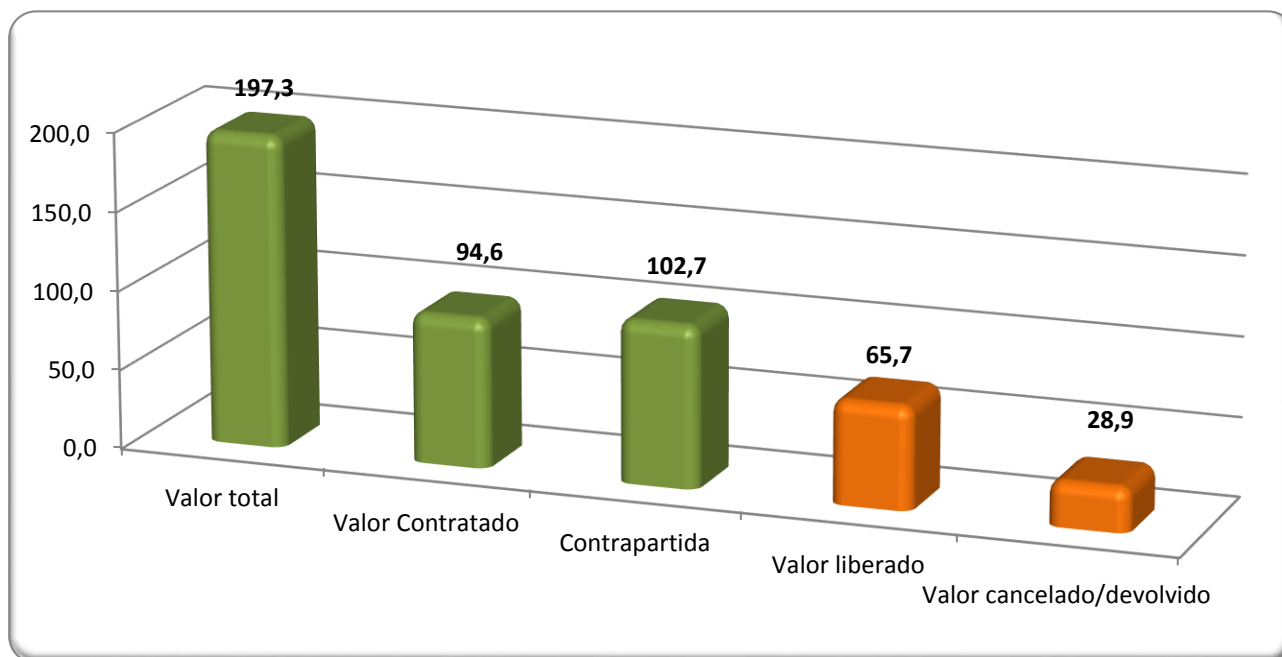
No Brasil, a subvenção econômica foi disponibilizada a partir da aprovação e da regulamentação da Lei de Inovação (Lei 10.973, de 02/12/2004, regulamentada pelo Decreto 5.563, de 11/10/2005) e da Lei do Bem (Lei 11.196, de 21/11/2005, regulamentada pelo Decreto 5.798 de 07/07/2006).

A subvenção da Lei de Inovação é destinada à cobertura das despesas de custeio das atividades de inovação, incluindo pessoal, matérias-primas, serviços de terceiros, patentes, e ainda despesas de conservação e adaptação de bens imóveis com destinação específica para inovação, com assunção obrigatória de contrapartida por parte da empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos. Os recursos destinados a este apoio são provenientes do FNDCT, conforme estabelecido pela Lei anteriormente citada.

A aplicação desses recursos, realizada desde 2006 pela Finep, por meio do lançamento de chamadas públicas orientadas a áreas consideradas estratégicas pelas políticas públicas federais, resultou no apoio a um grande número de projetos. Esse apoio é dado a empresas brasileiras, privadas ou públicas, de qualquer porte, individualmente ou em associação, para a execução de projetos de inovação tecnológica que envolvam riscos tecnológicos e oportunidades de mercado.

Resultados da Subvenção Econômica 2016

No ano 2016, foram encerrados 36 projetos apoiados por meio da subvenção econômica, no valor total de R\$ 197,3 milhões, sendo R\$ 94,6 milhões de recursos do FNDCT e R\$ 102,7 milhões de recursos de contrapartida. Do contratado foram efetivamente desembolsados R\$ 65,7 milhões sendo que R\$ 3,5 milhões no exercício de 2016 (**Figura 5**). O saldo restante de R\$ 28,9 milhões refere-se a parcelas canceladas ou recursos devolvidos.

FIGURA 5- VALORES RELATIVOS AOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016

Fonte: Finep/APLA. Em R\$ milhões.

Verifica-se que a concessão da subvenção econômica estimulou o investimento privado, que aplicou, a título de contrapartida, recursos equivalentes a 109% do total contratado, comprovando a eficácia deste instrumento no que tange à cooperação entre o capital público e privado para o financiamento de projetos de inovação tecnológica.

Os projetos objeto desta avaliação são oriundos de diferentes chamadas públicas lançadas entre 2009 e 2013 e podem ser agrupados em categorias segundo o modelo de subvenção aplicado: Subvenção Nacional/Temática ou Prêmio Finep de Inovação.

A Subvenção Nacional/Temática refere-se à concessão de recursos financeiros, através de seleção por edital nacional, para projetos de empresas nacionais de qualquer porte, para o desenvolvimento de processos e produtos, com prioridade para aqueles inseridos em temas contemplados pela política industrial e tecnológica nacional.

No âmbito do Prêmio Finep de Inovação, nas edições que compreenderam o período de 2008 a 2011, as empresas vencedoras tinham o direito a receber um aporte de recursos de subvenção, conforme condições definidas no Regulamento Anual do Prêmio. A partir da edição de 2012, o prêmio passou a ser dado em espécie.

Há ainda, a subvenção descentralizada, que consiste na concessão de recursos financeiros para micro e pequenas empresas por meio da operação com parceiros locais, estaduais ou regionais, que são responsáveis por selecionar projetos de empresas da respectiva região, atendendo a política tecnológica do governo federal e as prioridades de cada estado. O acompanhamento da execução e avaliação dos projetos é de

responsabilidade dos parceiros estaduais, com a supervisão da Finep. Cabe ressaltar que em 2016 não se encerraram operações de descentralização.

A **Tabela 4** apresenta as chamadas públicas lançadas, o número de projetos encerrados, os valores contratados, o montante liberado pela Finep e a contrapartida oferecida pelas empresas.

TABELA 4 – PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR DEMANDA

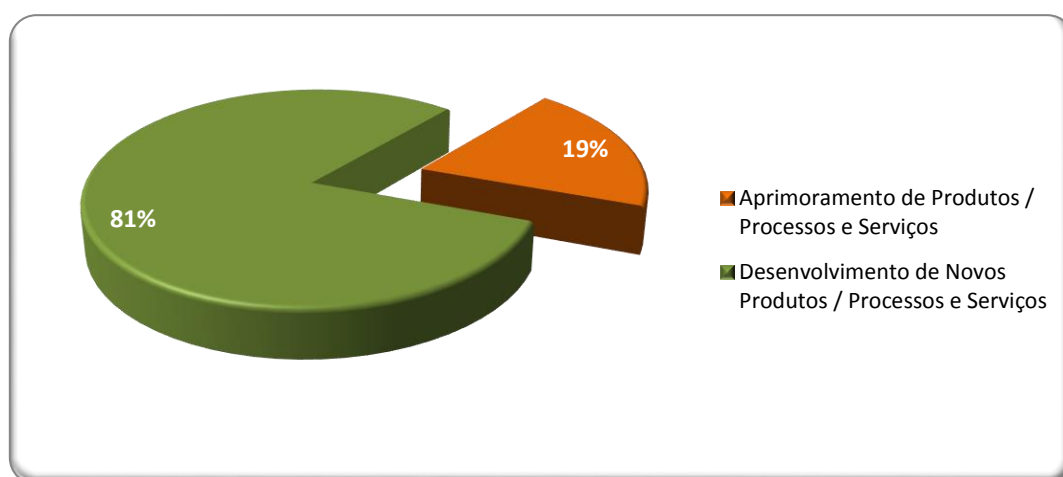
Demanda	Projetos Encerrados	Valor Contratado	Contrapartida	Liberação
ENCOMENDA SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PAISS	4	29,6	44,9	10,9
SEL PÚBLICA MCTI/Finep/FNDCT - SUBV. ECONÔMICA À INOVAÇÃO - TI MAIOR	2	1,9	2,2	1,3
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2009 - ÁREA 4: DEFESA NAC. E SEGUR. PÚBLICA	2	6,2	7,3	6,2
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2009 - ÁREA 6: DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3	3,7	0,8	3,5
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2010 - ÁREA 2: ENERGIA	1	1,9	0,4	1,9
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2010 - ÁREA 3: BIOTECNOLOGIA	3	4,4	1,5	4,2
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2010 - ÁREA 4: SAÚDE	5	11,2	7,9	10,6
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2010 - ÁREA 5: DEFESA	4	7,4	5,8	5,0
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2010 - ÁREA 6: DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	2,1	2,1	2,1
SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2010 - ÁREA 1: TECN. DA INFORM. E COMUNICAÇÃO	4	18,2	22,0	13,8
SUBV. ECONÔM. 01/2013 - PRODUTOS OBTIDOS POR PROCESSOS BIOTECNOLÓGICOS	1	1,0	0,8	1,0
SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2012 - TEMA: TECNOLOGIA ASSISTIVA	1	1,1	0,8	1,1
SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 03/2013 - ÁREA DE NANOTECNOLOGIA	2	3,8	2,5	2,3
SUBV. ECONÔMICA - 02/13 - CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL E SANEAMENTO AMBIENTAL	1	0,8	1,9	0,4
SELEÇÃO PÚBLICA PRÊMIO Finep 2010 - SUBVENÇÃO	1	0,5	1,0	0,3
SELEÇÃO PÚBLICA PRÊMIO Finep 2011 - SUBVENÇÃO	1	1,0	0,7	1,0

Totais	36	94,6	102,7	65,4
--------	----	------	-------	------

Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

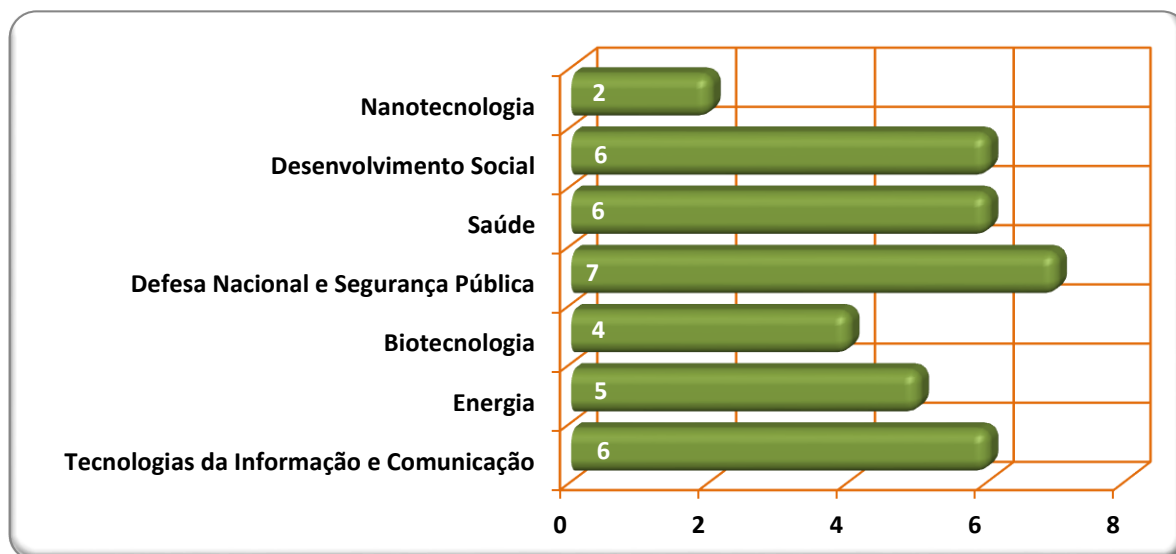
No que tange ao objeto de financiamento, os recursos de subvenção foram aplicados majoritariamente em projetos voltados para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, que representam 81% do total. Os projetos de inovação tecnológica de caráter mais incremental, ou seja, voltados para o aperfeiçoamento de processos, produtos e serviços constituem uma parcela de 19%, conforme ilustrado na **Figura 6**.

FIGURA 6 - PERCENTUAL DE PROJETOS ENCERRADOS POR OBJETO DE FINANCIAMENTO



Fonte: Finep/APLA.

Por sua vez, a **Figura 7** ilustra a distribuição de operações de subvenção por tema. É necessário ressaltar que alterações nas áreas temáticas dos Editais dificultam a comparabilidade. É o caso, por exemplo, das áreas de Biotecnologia e Saúde que nos editais iniciais formavam uma grande área temática e que posteriormente constituíram áreas temáticas independentes.

FIGURA 7 - PROJETOS DE SUBVENÇÃO ENCERRADOS POR TEMA PRIORITÁRIO

Fonte: Finep/APLA.

Da mesma forma, é necessário ter em mente que algumas áreas temáticas são transversais ou envolvem tecnologias de amplo alcance que transpassam vários setores econômicos. É o caso, por exemplo, dos temas afetos ao Desenvolvimento Social e das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Em relação à distribuição regional, observa-se na **Tabela 5** que a maioria das operações encerradas de subvenção, 86%, está concentrada nas regiões Sul e Sudeste. Esse panorama se mantém quando considerado o valor contratado das operações, com Sul e Sudeste respondendo por 78% do total. No que tange à contrapartida disponibilizada pelas empresas, o valor aportado em 2016 pelas empresas das regiões Sul e Sudeste (R\$ 67,7 milhões) foi menor que o observado em 2015 (R\$ 173,4 milhões).

TABELA 5 - VALORES DOS PROJETOS DE SUBVENÇÃO POR REGIÃO

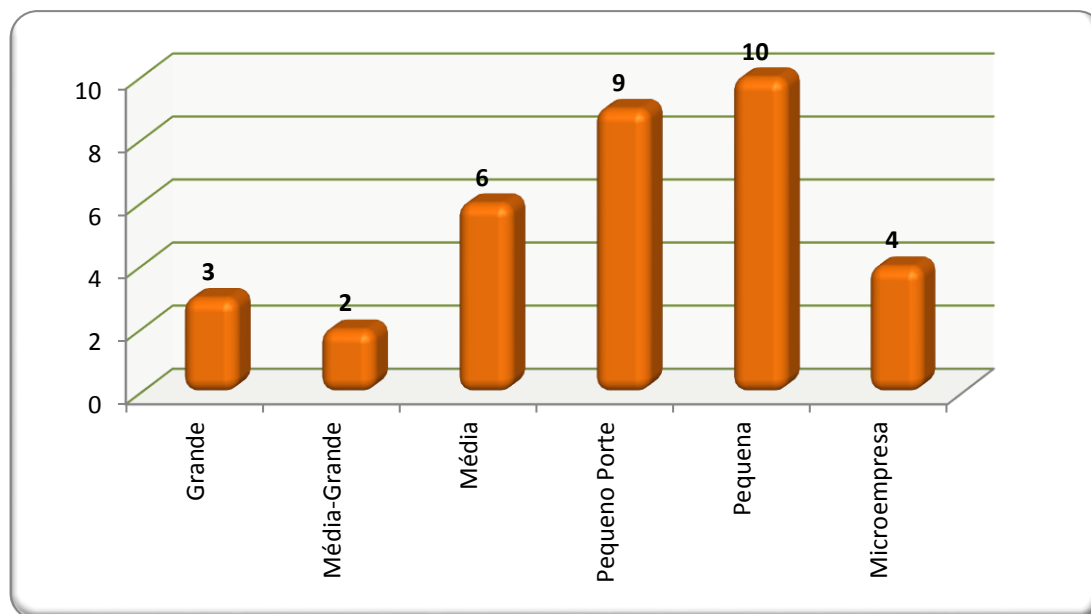
Região	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor liberado	Valor Contrapartida
CO	1	6,4	6,4	3,3
NE	4	14,5	6,3	31,7
SE	20	59,4	41,7	54,0
S	11	14,3	11,1	13,7
Totais	36	94,6	65,4	102,7

Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

A implementação dos projetos que receberam o benefício da subvenção e se encerraram em 2016 envolveu a participação de 34 empresas executoras. Quanto ao porte, é interessante observar uma inversão do que acontece no financiamento reembolsável: 66% estão situadas nas categorias de microempresa, pequeno porte e pequena empresa (**Figura 8**). Esse conjunto de empresas recebeu recursos da ordem de R\$ 40,7 milhões e foi responsável por apresentar uma contrapartida de R\$ 19,3 milhões. Os recursos desembolsados para o

grupo das médias, médias-grande e grandes empresas foi de R\$ 53,1 milhões, com a contrapartida correspondente à R\$ 81,5 milhões (**Tabela 6**).

FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS EXECUTORAS POR PORTE



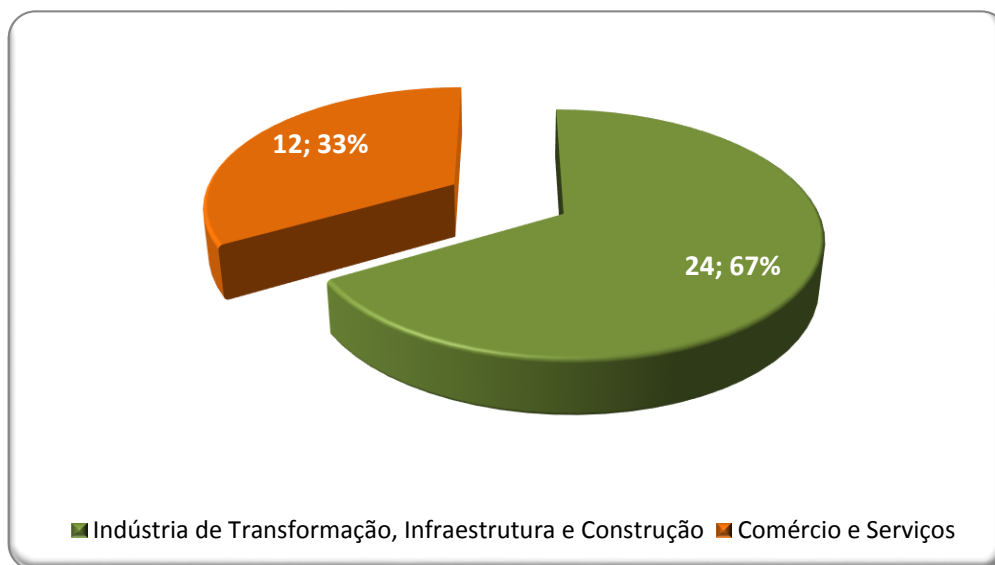
Fonte: Finep/APLA

TABELA 6 - CONTRATADOS, LIBERADOS E CONTRAPARTIDA POR PORTE DA EMPRESA EXECUTORA

Porte	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor Liberado	Contrapartida
Grande	4	21,0	6,6	43,1
Média-Grande	2	7,4	5,8	8,2
Média	7	25,5	20,7	32,0
Pequeno Porte	9	11,6	10,9	3,5
Pequena	10	16,6	12,5	9,8
Microempresa	4	12,4	9,0	6,0
Totais	36	94,6	65,4	102,65

Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

No que tange ao setor econômico, a **Figura 9** mostra que 67% dos projetos são executados por empresas que tem sua atividade principal centrada no setor de indústria de transformação, infraestrutura e construção civil que recebeu recursos de subvenção econômica da ordem R\$ 63 milhões e foi responsável por aportar R\$ 80 milhões em contrapartida. O setor de comércio e serviços concentrou 33% das empresas, as quais receberam cerca de R\$ 31,6 milhões e apresentaram contrapartida de R\$ 22,6 milhões. Em 2016 nenhum projeto do setor de agricultura e indústrias extrativas foi encerrado.

FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS POR SETOR DA ECONOMIA

Fonte: Finep/APLA

4 FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL

A modalidade reembolsável de aplicação dos recursos do FNDCT é destinada ao financiamento das atividades de inovação das empresas brasileiras¹, através do empréstimo de recursos em condições de prazos e taxas compatíveis com esse tipo de objeto. As condições dos empréstimos dependem das diretrizes para enquadramento das demandas nos diferentes instrumentos operacionais. Cabe ressaltar que ao longo do tempo, essas condições se alteram em função de prioridades de governo, disponibilidade de recursos e das especificidades das diversas fontes, entre outros. Por sua vez, os diferentes prazos e taxas refletem diferentes graus e relevâncias da inovação. A Norma Geral de Operação vigente pode ser consultada no documento ***Condições Operacionais da Finep*** (<http://bit.ly/2xX039I>).

A partir de 2013, as operações de crédito apresentadas por empresas com receita bruta anual inferior a R\$ 90 milhões e valor solicitado inferior a R\$ 10 milhões passaram a ser atendidas preferencialmente de forma descentralizada (indireta), por meio do Programa Inovacred, para as Unidades da Federação atendidas por agentes financeiros regionais e estaduais credenciados (<http://bit.ly/2hmQHcj>). Para apoio às atividades inovadoras de empresas de receita operacional bruta anual de até R\$ 16 milhões, a Finep oferece também o Programa Inovacred Expresso, com sistemática operacional simplificada. Esta característica contribui para uma maior presença de empresas de maior porte na carteira de projetos operada diretamente pela Finep.

¹ Não são passíveis de apoio empresas sob controle de capital estrangeiro que exerçam atividade econômica não especificada no decreto nº 2.233, de 23/05/1997 e suas alterações.

QUADRO 1 - LINHAS DE AÇÃO DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016

Linha de Ação	Nº de Projetos
Capital Inovador	1
Inovação Contínua	2
Inovação e Competitividade	14
Inovação Pioneira	12
Inovação Tecnológica	2
Pré-investimento	1
Total Geral	32

Fonte: Finep/APLA.

Capital Inovador: Apoio a projetos em capitais tangíveis, incluindo infraestrutura física e capitais intangíveis, que deverão ser consistentes com as estratégias de negócios das empresas e serem apresentados conforme plano de investimentos em atividades de inovação que capacitem as empresas a desenvolver atividades inovativas em caráter sistemático. (Vigente até 2012)

Inovação contínua: Apoio a empresas que desejam implementar atividades de P&D e/ou programas de investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, por meio da implantação de centros de P&D próprios ou da contratação junto a outros centros de pesquisa nacionais. O objetivo dessa linha de ação é o fortalecimento das atividades de P&D compreendidas na estratégia de médio e longo prazos. (Vigente até 2015)

Inovação e competitividade: Destinado ao apoio a projetos de desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos, processos e serviços, aquisição e/ou absorção de tecnologias de modo a consolidar a cultura do investimento em inovação como fator relevante nas estratégias competitivas empresariais. (Vigente, com algumas modificações)

Inovação pioneira: Tem como objetivo o apoio a todo ciclo de desenvolvimento tecnológico, desde a pesquisa básica ao desenvolvimento de mercados para produtos, processos e serviços inovadores, sendo imprescindível que o resultado final seja, pelo menos, uma inovação para o mercado nacional. Também poderão ser admitidos projetos cujos resultados, embora não caracterizem uma inovação pioneira, contribuam significativamente para o aumento da oferta em setores concentrados, considerados estratégicos pelas ênfases governamentais, e nos quais a tecnologia comumente se caracteriza como uma barreira à entrada. (Vigente, com algumas modificações)

Inovação Tecnológica: Apoio a projetos de inovação de natureza tecnológica que envolvam risco tecnológico e oportunidades de mercado e que busquem o desenvolvimento de produtos ou processo novos ou produtos ou processos significativamente aprimorados (pelo menos para o mercado nacional). (Vigente até 2012)

Pré-investimento: Apoio a projetos de pré-investimento, que incluem estudos de viabilidade técnica e econômica, estudos geológicos, além de projeto básico, de detalhamento e executivo. (Vigente, com algumas modificações)

É necessário ressaltar que os financiamentos podem combinar diferentes fontes de recursos, o que dá maior flexibilidade à Finep no gerenciamento do fluxo financeiro para a carteira de projetos em desembolso e permite superar eventuais restrições de uma determinada fonte. Ainda em relação às fontes, os recursos do FNDCT para financiamento reembolsável são transferidos sob a forma de empréstimo à Finep, de acordo com as

condições do Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009. Uma vez transferidos, os recursos são utilizados da mesma forma que os recursos próprios da Finep.

Além de outras fontes de recursos, as operações de crédito reembolsável podem ainda ser combinadas com outros instrumentos, tais como a equalização, a subvenção econômica e o financiamento não reembolsável a ICTs. Esta tem sido uma preocupação constante da Finep, que vem tentando viabilizar tais combinações com o objetivo de aprimorar a eficácia de suas ações.

De acordo com a definição dada pelo Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, a equalização de encargos financeiros é a cobertura da diferença entre os encargos decorrentes dos custos de captação e operação e do risco de crédito, incorridos pela Finep, e os encargos compatíveis com o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica. Portanto, esse instrumento é um benefício às empresas inovadoras, que permite o acesso a financiamentos com taxas de juros mais baixas, similares às do mercado internacional.

O mecanismo de equalização consiste em fazer com que o fundo mantenedor do benefício, neste caso o FNDCT, arque com parte do custo do financiamento, resultando em uma taxa efetiva de juros competitiva e inferior à que seria adotada pela Finep, durante todo o prazo do financiamento concedido.

Além do Decreto nº 4.195, o arcabouço legal que regulamenta a equalização é fundamentalmente composto pelos seguintes instrumentos: Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009, e Portaria MCTI nº 208, de 19 de fevereiro de 2014.

Para a Finep, a equalização também traz vantagens:

- Permite apoiar os projetos de P,D&I e atender às empresas de forma mais adequada, reduzindo os encargos financeiros das operações de crédito;
- A atuação da Finep pode ser ainda mais efetiva se o apoio da equalização for somado a outros recursos não reembolsáveis do FNDCT, o que gera condições ainda mais atraentes para as empresas inovadoras.

Os recursos advindos do FNDCT para a operacionalização da equalização são administrados pela Finep segundo Resolução de Diretoria que regula os procedimentos pertinentes. A aplicação da Equalização é supervisionada pela Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação, composta pelo Presidente da Finep, e pelos Secretários de Política Tecnológica Empresarial e de Política de Informática do MCTIC. Simplificadamente, o montante necessário para garantir os recursos correspondentes aos juros equalizados dos contratos que contam com o benefício é transferido do FNDCT para a Finep a cada vencimento das obrigações.

Resultados do Financiamento Reembolsável

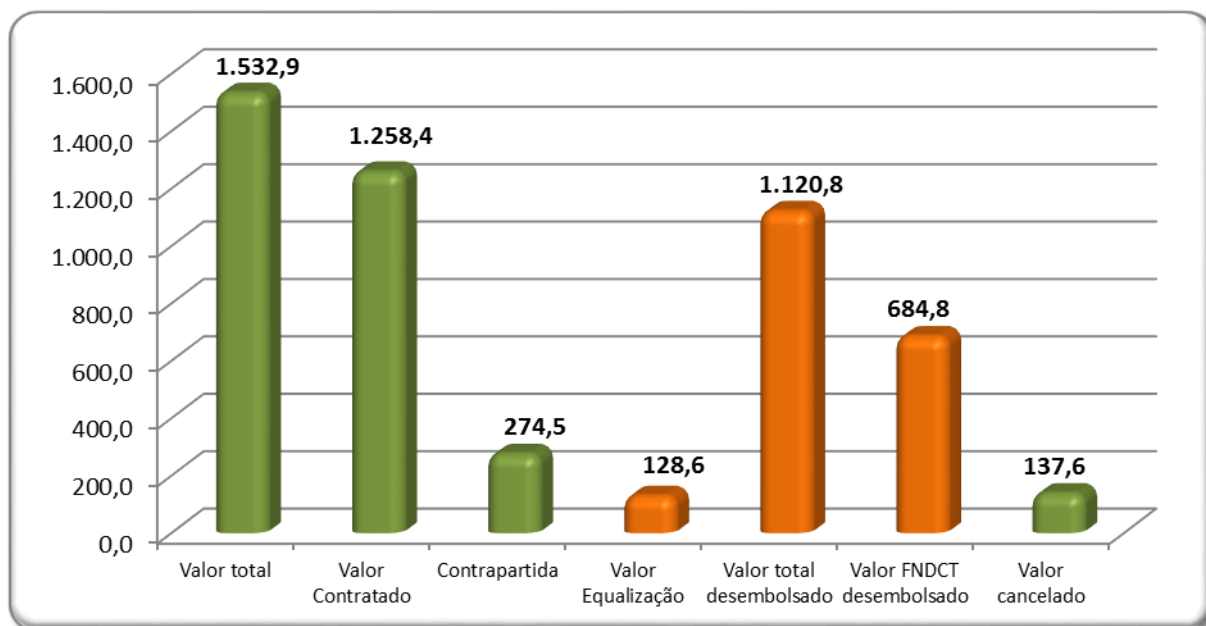
Este item apresenta os resultados da aplicação de recursos do FNDCT através do financiamento reembolsável, em termos da distribuição dos projetos tecnicamente encerrados e respectivos valores concedidos segundo objeto de financiamento, região geográfica, porte de empresa e setor econômico. Cabe ressaltar que a quase

totalidade das operações de financiamento reembolsável são também apoiadas com recursos de equalização. Desta forma, os resultados destas operações são apresentados de forma conjunta.

No ano de 2016, foram encerrados 32 projetos de 31 empresas, que totalizam R\$ 1.532,9 milhões, sendo R\$ 1.258,40 milhões de recursos públicos (82% do valor total) e R\$ 274,5 milhões de contrapartida financeira das empresas beneficiárias (ANEXO 1). Os recursos públicos acima mencionados podem incluir, além do FNDCT, recursos próprios da Finep. Além disso, dos 32 projetos encerrados, 31 receberam equalização de encargos financeiros por parte do FNDCT, num valor de R\$ 128,6 milhões (ou 10% do valor contratado pelo FNDCT) (ANEXO 1). A **Figura 10** apresenta uma comparação entre os valores contratados, valores de contrapartida, valores totais desembolsados, valores totais desembolsados pelo FNDCT e valores equalizados pelo FNDCT.

Do valor contratado foram efetivamente desembolsados R\$ 1.120,8 milhões, sendo R\$ 684,78 milhões correspondentes a recursos do FNDCT enquanto que R\$ 436,05 milhões são originários de recursos próprios da Finep. O valor equalizado até a emissão desse relatório², relativo aos projetos encerrados, soma R\$ 128,6 milhões. O saldo não desembolsado de R\$ 137,6 milhões corresponde ao cancelamento de parcelas, que representa 11% do valor dos recursos públicos alocados.

FIGURA 10 - VALORES DOS PROJETOS REEMBOLSÁVEIS ENCERRADOS EM 2016



Fonte: Finep/APLA. Em R\$ milhões.

² No caso da equalização os recursos são utilizados ao longo de todo o período de amortização. Dessa forma, o montante total utilizado só pode ser calculado ao final do prazo do financiamento concedido.

Em relação ao objeto de financiamento, do total de 32 projetos encerrados em 2016, 60% (25 projetos, totalizando R\$ 755,3 milhões contratados e R\$ 129,8 milhões de contrapartida) estão destinados ao “Aperfeiçoamento de Produtos, Processos e Serviços”, 29% (quatro projetos, no valor de R\$ 362,0 milhões) correspondem ao “Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços”, 2% (dois projetos, no valor de R\$ 29,1 milhões) têm como objeto o “Pré-Investimento (Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica)” e 9% (um projeto, no valor de R\$ 112,0 milhões) estão relacionados à “Produção e Comercialização Pioneiras”. Ressalte-se que apenas um projeto não recebeu recursos de equalização, sendo apresentado na **Tabela 7** em conjunto com os demais projetos equalizados.

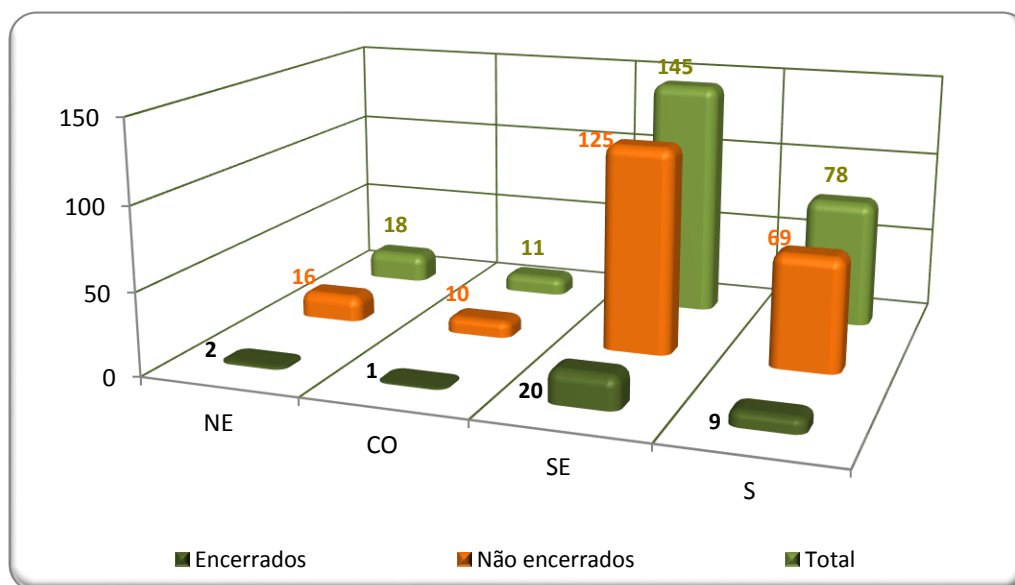
TABELA 7 -VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR OBJETO DE FINANCIAMENTO

Objeto de Financiamento	Nº de Projetos	Valor Contratado	Valor Contrapartida	Valor Equalizado
Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços	4	362,0	41,5	29,9
Aperfeiçoamento de Produtos, Processos e Serviços	25	755,3	129,8	83,3
Pré-Investimento (Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica)	2	29,1	7,3	2,4
Produção e Comercialização Pioneiras	1	112,0	96,0	13,1
Total	32	1.258,4	274,5	128,6

Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

Em termos da distribuição geográfica do apoio do FNDCT, podemos verificar a partir da **Figura 11** e da **Tabela 8**, que 63% (20 projetos, no valor de R\$ 948,7 milhões) dos projetos encerrados em 2016 estão localizados na Região Sudeste e 28% (nove projetos, no valor de R\$ 222,2 milhões) estão concentrados na Região Sul, resultado da preponderância das empresas dessas regiões na carteira reembolsável da Finep. Em relação às demais regiões, 6% (dois projetos, R\$ 78,6 milhões) foram desenvolvidos na Região Nordeste e 3% (um projeto, R\$ 9,0 milhões) na Região Centro-Oeste. Nenhum projeto da região Norte se encerrou em 2016. Em relação aos valores efetivamente desembolsados com recursos do FNDCT (R\$ 684,8 milhões), as Regiões Sul e Sudeste concentram aproximadamente 92% do total (R\$ 628,3 milhões).

FIGURA 11 – CARTEIRA DE PROJETOS DE CRÉDITO REEMBOLSÁVEL (STATUS E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA)



Fonte: Finep/APLA. Em R\$ milhões. Posição em 31/12/2016.

TABELA 8 – VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Região	Nº de Projetos	Valor Contratado	Valor Contrapartida	Valor Equalizado
Nordeste	2	78,6	8,7	12,4
Centro-Oeste	1	9,0	1,0	0,7
Sudeste	20	948,7	216,5	95,6
Sul	9	222,2	48,3	19,9
Total	32	1.258,4	274,5	128,6

Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

Quanto à distribuição dos 32 projetos encerrados em 2016 segundo o porte das empresas executoras³, verifica-se através da **Tabela 9** que 47% (15 projetos, no valor de R\$ 719,0 milhões) estão relacionados a empresas de grande porte e 38% (12 projetos, no valor de R\$ 168,6 milhões) correspondem a empresas das categorias “Média” e “Média-Grande”.

³ Seguem as categorias das empresas, conforme seu porte (baseado na receita operacional bruta):

- Microempresa: receita operacional bruta anual ou anualizada inferior ou igual a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- Empresa de Pequeno Porte: receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior ou igual a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- Pequena Empresa: receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e inferior ou igual a 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais);
- Média Empresa: receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) e inferior ou igual a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);
- Média-Grande Empresa: receita operacional bruta anual ou anualizando superior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) e inferior ou igual a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
- Grande Empresa: receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Como já mencionado, a partir de 2013, as operações de crédito apresentadas por empresas com receita bruta anual inferior a R\$ 90 milhões e valor solicitado inferior a R\$ 10 milhões passaram a ser atendidas preferencialmente de forma descentralizada (indireta), por meio do Programa Inovacred, para as Unidades da Federação atendidas por agentes financeiros regionais e estaduais credenciados (<http://bit.ly/2hmQHcj>).

Assim, a concentração de empresas de maior porte decorre da canalização das empresas de menor porte para atendimento preferencial através de agentes do Inovacred (operação indireta). Saliente-se que nenhuma empresa beneficiária do Inovacred encerrou projeto em 2016. Nestas condições, apenas 13% dos projetos (quatro projetos, no valor de R\$ 308,3 milhões) foram executados por empresas da categoria "Pequena" e 3% (um projeto, no valor de R\$ 62,6 milhões) por empresa "Pré-operacional".

TABELA 9 – VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR PORTE DA EMPRESA

Porte	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor Contrapartida	Valor Equalizado
Grande	15	719,0	190,7	76,7
Média/Grande	6	78,2	12,2	10,8
Média	6	90,4	25,4	11,8
Pequena	4	308,3	39,3	15,8
Pré-Operacional	1	62,6	7,0	13,7
Totais	32	1.258,4	274,5	128,6

Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

Em relação ao setor econômico (**Tabela 10**), duas empresas atuam no setor primário (agricultura e indústrias extrativas), 19 empresas atuam no setor secundário (indústria de transformação, infraestrutura e construção) e 11 empresas atuam no setor terciário (comércio e serviços). Em termos dos valores comprometidos via FNDCT, 10,2% dos recursos foram destinados a empresas do setor primário, 36,8% foram alocados a empresas do setor secundário e 53,0% correspondem à empresa do setor terciário.

TABELA 10 - VALORES DOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2016 POR SETOR DA ECONOMIA

Setor	Nº de Projetos	Valor contratado	Valor Contrapartida	Valor Equalizado
Agricultura e Indústrias Extrativas	2	128,0	100,0	15,3
Indústria de Transformação, Infraestrutura e Construção	19	463,1	89,9	44,9
Comércio e Serviços	11	667,3	84,6	68,4
Totais	32	1.258,4	274,5	128,6

Fonte: Finep/APLA. Valores em R\$ milhões.

5 OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO

5.1 INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS

A atividade de investimento em empresas inovadoras consiste na aplicação de recursos do FNDCT em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes (FMIEE), regulamentados pelas Instruções CVM 391/03 e 209/94 respectivamente, conhecidos como fundos de *venture capital* e *private equity*. Em 30 de agosto de 2016 a CVM publicou a Instrução 578 que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações, revogando as duas primeiras e concedendo prazo de 12 meses para que os fundos em operação se adaptassem às novas regras.

O investimento em fundos destas categorias envolve adquirir participações em empresas com alto potencial de crescimento, através da aquisição de ações ou outro valor mobiliário (debêntures conversíveis, bônus de subscrição, entre outros) com o objetivo de obter ganhos de capital a médio e longo prazo. Para isso, além do capital efetivamente disponibilizado, as empresas passam a contar com o apoio estratégico dos gestores dos fundos para criar estruturas adequadas de governança corporativa, foco no crescimento e lucratividade, bem como na sustentabilidade futura do negócio.

Não se trata, portanto, de um veículo de investimento estritamente financeiro. A participação dos fundos nas empresas se dá através de efetiva influência no processo decisório e no planejamento estratégico. A principal instância de participação dos gestores é o conselho de administração, mas não raramente o fundo é responsável por indicar executivos para a empresa.

A atividade de investimento em empresas inovadoras através de fundos complementa o portfólio de produtos da Finep, aumentando sua capacidade de atender as empresas de base tecnológica. Com isso, os recursos provenientes do FNDCT chegam a muitas empresas que necessitam não apenas de recursos financeiros, mas de um parceiro que divida o risco do negócio visando os ganhos econômicos e sociais futuros.

Em 2016 foram encerrados dois Fundos – **Quadro 2** - e feitos 14 desinvestimentos - **Quadro 3** - que correspondem à saída da participação nas empresas investidas que pode se dar através da venda da participação, abertura de capital ou até mesmo pelo encerramento das atividades. A seguir apresentamos algumas informações acerca das operações.

QUADRO 2 – CARTEIRA DE FUNDOS ENCERRADOS

Fundo	Gestora	<i>Vintage year</i>	Data de Término	Tipo	Patrimônio Comprometido do Fundo	Comprometido Finep	Valor integralizado pela Finep	Valor recebido pela Finep
Novarum	Jardim Botânico Partners	2005	2016	<i>Seed Capital</i>	12,8	3,8	2,66	1,74
Stratus GC III	Stratus Investimentos	2006	2016	<i>Venture Capital</i>	60,0	12	12	4,07
Totais					72,8	15,8	14,7	5,8

Fonte: Finep/ACRD. Valores em R\$ milhões – Nota: *Vintage Year* é o ano em que o fundo começa a realizar seus investimentos.

QUADRO 3 – DESINVESTIMENTOS REALIZADOS PELOS FUNDOS EM 2016

Companhia	Fundo	Macrosetor	Porte	Estado
Oncoclínicas	Fundotec II	Farmacêutica, Medicina e Estética	Média Empresa	MG
Gemelo	Capital Tech	Informática e Eletrônica	Pequena Empresa	SP
Cromoup	HorizonTI	Informática e Eletrônica	Microempresa	MG
APS Engenharia	FIPAC	Energia e Combustíveis	Microempresa	SP
Neuralnet	Performa SC1	Serviços Financeiros	Microempresa	SP
Safe Trace	Fundotec II	Agronegócios	Microempresa	MG
Senior Solution	Stratus GC I	Informática e Eletrônica	Pequena Empresa	SP
Ferrolease	JB VC I	Serviços Financeiros	Pequena Empresa	SP
Amyris	Stratus GC III	Biotecnologia	Pequena Empresa	SP
Unna	Stratus GC III	Outras Indústrias	Média-Grande Empresa	SP
Brazil Timber Agroflorestral	Stratus GC III	Agronegócios	Pequena Empresa	SP
ELO	CRP VII	Energia e Combustíveis	Média Empresa	RS
Ilusis	HorizonTI	Informática e Eletrônica	Microempresa	MG
Hortifruti	Brasil Governança	Varejo	Grande Empresa	RJ

Fonte: Finep/ACRD

Em relação aos retornos dos Fundos, ou amortização das quotas, o montante recebido em 2016 foi de R\$ 15,0 milhões. O **Quadro 4** relaciona os fundos que retornaram ao FNDCT.

QUADRO 4 – FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM RETORNO AO FNDCT EM 2016

CNPJ	Fundo
18.093.847/0001-23	Capital Tech
07.720.541/0001-33	CRP VI
08.571.117/0001-37	FIPAC
08.909.578/0001-77	Brasil Governança
10.720.618/0001-80	Neo Capital Mezanino II
08.605.371/0001-09	Fundotec II
08.796.172/0001-25	JB VC I
08.083.268/0001-46	Stratus GC III
05.063.939/0001-19	Stratus GC I
11.411.095/0001-52	CRP VII

Fonte: Finep/ACRD

5.2 GARANTIA DE LIQUIDEZ

O Instrumento de Garantia de Liquidez (Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez) é um mecanismo utilizado pela Finep para o desenvolvimento da indústria de Venture Capital, através da atração de investidores anjos para investimento em fundos de capital semente. O investimento anjo é o investimento efetuado por pessoas físicas com seu capital próprio em empresas nascentes com alto potencial de crescimento. Normalmente estes investidores

são profissionais experientes da indústria de atuação das empresas e agregam valor para os empreendimentos com seus conhecimentos e rede de relacionamentos, além dos recursos financeiros. Não possuem posição executiva na empresa, porém dão apoio ao empreendedor ou como mentor ou participando do conselho de administração.

A garantia de liquidez consiste em uma opção de venda das quotas do fundo, oferecida pela Finep aos investidores anjos do fundo, com preço de exercício igual ao capital nominal investido por eles. Com esse mecanismo, caso o fundo não seja bem-sucedido o investidor pessoa física recupera ao menos o seu capital investido. Isso torna o fundo mais atrativo para estes investidores.

Em 2016 não foram aplicados recursos nesse instrumento.

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1 – OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL (COM VALORES EQUALIZADOS) ENCERRADAS EM 2016
- ANEXO 1A – EXEMPLO DE PROJETO REEMBOLSÁVEL
- ANEXO 2 – OPERAÇÕES DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA ENCERRADAS EM 2016
- ANEXO 2A – EXEMPLO DE PROJETO NÃO REEMBOLSÁVEL
- ANEXO 3 – OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO NÃO REEMBOLSÁVEL ENCERRADAS EM 2016
- ANEXO 3A – EXEMPLO DE PROJETO DE SUBVENÇÃO

Anexo 1- Operações de Financiamento Reembolsável encerradas em 2016

CNPJ Proponente	Nº Contrato	UF	Valor Finep	Valor da Contrapartida	Valor desembolsado FNDCT	Valor Equalização
04.407.406/0001-44	02.12.0299.00	PR	16.865.777,20	1.873.976,76	9.084.930,74	871.769,25
09.811.654/0001-70	02.12.0460.00	PE	62.280.260,89	6.920.028,99	49.575.552,31	12.440.110,24
61.602.199/0001-12	02.12.0250.00	SP	11.457.180,62	1.273.020,07	977.680,34	669.550,54
67.405.936/0001-73	02.13.0268.00	RJ	49.682.517,00	5.520.280,00	43.884.360,08	1.101.486,63
03.514.129/0001-06	02.13.0023.00	PR	13.497.173,40	2.140.000,00	9.039.973,40	2.324.944,08
13.434.970/0001-47	02.13.0004.00	MG	7.798.319,26	1.821.300,00	5.529.892,40	1.367.124,79
30.092.431/0001-96	02.12.0142.00	RJ	4.670.797,00	701.040,00	1.550.000,00	544.670,07
55.979.736/0001-45	02.12.0192.00	SP	3.066.069,00	340.675,00	1.217.970,00	471.977,51
79.427.589/0001-69	02.13.0270.00	SC	18.590.469,30	2.065.607,70	18.590.469,30	1.412.599,78
02.156.313/0001-69	02.11.0224.00	GO	8.969.837,40	996.648,60	2.868.242,40	654.677,69
17.161.936/0001-05	02.13.0061.00	MG	1.671.397,00	290.000,00	1.671.397,00	382.913,23
91.013.698/0001-35	02.13.0055.00	RS	6.940.296,29	1.430.230,68	6.940.296,29	867.982,15
92.544.196/0001-01	02.13.0146.00	RS	21.960.000,00	2.440.000,00	9.694.272,90	3.899.680,42
92.859.974/0001-43	02.12.0005.00	RS	20.291.128,62	2.450.055,59	11.747.466,10	2.757.188,07
06.981.381/0002-02	02.12.0473.00	SP	227.583.909,21	26.327.962,20	48.001.736,86	8.867.000,27
07.356.196/0001-09	02.12.0425.00	SP	14.560.945,87	3.640.236,23	9.740.341,14	1.180.541,62
07.356.196/0001-09	02.12.0426.01	SP	14.560.945,87	3.691.525,30	5.900.851,00	1.180.541,62
14.659.707/0001-19	02.13.0016.00	SP	62.575.200,00	6.952.800,00	42.681.414,07	13.696.855,30
10.249.419/0001-35	09.14.0037.00	SP	112.000.000,00	48.000.000,00	59.360.000,00	13.114.539,60
05.876.349/0001-05	02.13.0285.01	PR	38.702.698,97	4.488.965,34	38.554.594,97	2.841.438,84
07.467.822/0001-26	02.14.0002.00	CE	16.343.311,32	1.815.923,53	4.120.725,41	-
08.091.102/0001-71	02.13.0145.00	RJ	16.032.096,96	4.008.024,24	8.016.048,48	2.229.905,62
14.191.427/0001-29	02.13.0102.01	SP	126.063.128,96	14.007.014,37	79.850.906,62	23.582.810,09
14.811.848/0001-05	02.13.0254.00	SP	51.555.436,56	5.728.381,84	24.197.362,20	2.286.479,93
17.851.495/0001-65	02.13.0392.00	SP	103.110.872,01	11.456.764,79	49.221.024,18	9.598.477,67
61.533.949/0001-41	02.13.0262.01	SP	20.610.399,94	5.152.600,08	13.634.903,38	2.010.940,80
62.545.686/0001-53	02.13.0243.00	SP	9.000.000,00	1.000.000,00	7.335.000,00	945.812,79
82.637.109/0001-07	02.14.0069.00	SC	39.220.578,14	24.688.687,60	39.220.578,14	4.098.871,24
90.050.238/0001-14	02.13.0293.00	RS	46.082.750,98	6.718.542,86	4.894.447,15	870.187,33
12.141.133/0001-67	02.13.0265.00	SP	42.745.183,07	18.319.364,18	35.751.811,03	5.632.673,57
03.034.433/0001-56	02.14.0122.00	SP	18.360.817,22	4.590.204,30	17.733.033,27	2.189.338,75
02.164.892/0001-91	02.13.0255.00	SP	51.555.436,56	5.728.381,84	24.197.362,20	4.539.191,09
TOTAL			1.258.404.934,62	226.578.242,09	684.784.643,36	128.632.280,58

Anexo 1a - Exemplo de projeto reembolsável

Referência: 1383/13

Convênio/Contrato: 09.14.0037.00

Demanda: Desenvolvimento de uma planta de processamento de milho, acoplada a uma usina de cana-de-açúcar, para a geração de etanol e subprodutos (proteína, óleo, fibras e leveduras secas).

Data Término: Abril de 2016

Proponente: SJC Bioenergia Ltda

Executor: SJC Bioenergia Ltda

UF: Goiás

Título: Chica Doida

Valor Finep: R\$ 112.000.000,00

Valor Bolsas: R\$ 0,00

Valor Contrapartida: R\$ 48.000.000,00

Objetivo Principal:

Desenvolvimento de uma planta de processamento de milho, acoplada a uma usina de cana-de-açúcar, para a geração de etanol e subprodutos (proteína, óleo, fibras e leveduras secas).

Principais Resultados:

Como principal resultado o projeto provocou a internalização do conhecimento e de tecnologia na produção de etanol de milho e seus subprodutos. A atuação no projeto da co-executora Cargil foi importante para auxílio ao desenvolvimento da nova tecnologia e na transferência de tecnologia e conhecimento necessário para a execução do projeto.

Principais Impactos:

- A produção da planta já tinha alcançado 390 litros de etanol por tonelada a partir do milho, o que indica o bom desempenho e funcionamento da planta. A meta da SJC em abril de 2016 era alcançar a produtividade de 430 litros por tonelada. Os testes seguiriam com aumento progressivo de carga de produto visando atingir capacidade máxima de produção.
- A rota tecnológica é única no Brasil e no Mundo, de alta sofisticação e busca alcançar mais produtos finais quando comparado com demais plantas existentes desta indústria. Os produtos são etanol, fibra, proteína animal e óleo. Além disso, outro objetivo é alcançar o máximo de produtividade dos produtos finais.
- Os representantes da SJC informaram a utilização da energia gerada pela planta de cana (cogeração) na planta produtora a partir do milho.

Imagens disponíveis:**Foto Geral****Foto do prédio do processo****Foto do silo, tombador do milho e torre do processo**



Anexo 2 – Operações de Subvenção Econômica encerradas em 2016

CNPJ Proponente	Referência	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Contrap.	Valor Desemb. FNDCT
01.773.463/0001-59	0942/09	SP	3.491.318,60	6.983.264,00	3.491.318,60
00.693.229/0001-59	1204/09	SC	1.274.240,00	402.000,00	1.096.840,00
97.408.694/0001-32	1217/09	SC	1.107.106,88	266.800,00	1.107.106,88
61.100.244/0001-30	0802/11	SP	1.119.620,80	593.030,40	1.116.452,80
88.031.539/0001-59	0728/11	RS	2.302.395,00	4.604.790,01	467.245,00
42.150.391/0001-70	0582/13	BA	2.969.511,89	1.659.009,60	1.623.011,61
42.150.391/0001-70	0388/12	BA	8.000.000,00	29.215.583,98	1.086.166,37
08.835.918/0001-62	1213/09	SP	1.318.320,00	136.323,50	1.318.320,00
59.694.729/0001-58	0640/11	SP	8.493.680,00	11.168.360,00	6.031.676,60
02.445.557/0001-61	0662/11	RJ	1.925.678,56	401.550,40	1.925.678,56
89.547.269/0001-04	0742/11	RS	2.092.460,01	2.093.646,58	2.092.460,01
01.838.723/0001-27	0571/11	SC	500.000,00	1.000.000,00	250.000,00
02.688.100/0001-88	0653/11	PR	1.362.400,00	1.371.500,00	1.069.875,00
08.692.626/0001-18	0666/11	RN	888.056,47	459.634,00	888.056,47
07.969.737/0001-66	0719/11	PR	780.046,00	160.496,00	726.456,82
09.093.038/0001-20	0082/13	SP	992.549,00	831.524,00	992.549,00
00.745.309/0001-00	0729/11	SP	2.575.692,11	585.299,72	2.575.692,11
40.184.699/0001-01	0730/11	RJ	1.354.611,00	410.592,00	1.178.805,48
72.727.167/0001-60	0025/13	SP	1.056.871,90	816.232,00	1.056.871,90
08.636.745/0001-53	0466/12	SP	8.309.076,00	8.657.920,00	2.091.686,00
57.532.343/0001-14	0667/11	SP	2.997.925,00	972.000,00	2.997.925,00
02.060.549/0001-05	0713/11	GO	6.354.668,00	3.305.271,00	6.354.668,00
04.088.179/0001-31	0725/11	SC	1.125.928,00	219.542,88	774.126,51
03.836.375/0001-84	0208/13	RJ	926.000,00	771.100,00	926.000,00
91.013.698/0001-35	0345/12	RS	1.000.000,00	730.730,32	1.000.000,00
10.434.950/0001-88	0674/11	SP	500.000,00	54.000,00	323.430,12
31.111.412/0001-22	0706/11	RJ	1.193.600,00	255.190,00	597.343,92
73.694.119/0001-85	0561/13	RS	799.175,00	815.662,00	650.175,00
06.941.284/0001-05	1022/09	CE	2.679.854,75	346.226,28	2.679.854,75
89.547.269/0001-04	0638/11	RS	1.996.273,66	1.996.748,22	1.855.317,11
03.549.807/0001-76	0646/11	SP	6.364.329,98	7.496.367,28	4.831.053,43
61.190.096/0004-35	0699/11	SP	1.760.700,00	3.562.040,00	1.760.700,00
01.899.564/0001-70	0370/13	SP	934.350,00	1.414.115,00	330.367,00
06.981.381/0002-02	0540/12	SP	3.277.000,00	3.300.000,00	403.614,00
13.556.393/0001-66	0384/12	SP	9.985.657,08	3.750.000,00	7.346.308,82
17.161.837/0001-15	0894/13	MG	778.420,00	1.867.700,00	390.420,00
Totais			94.587.515,69	102.674.249,17	65.407.572,87

Anexo 2a - Exemplo de projeto de subvenção

Referência: 0699/11

Convênio/Contrato: 03.11.0399.00

Demanda: SEL. PÚBL. MCT/Finep/FNDCT/SUBV ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2010 - ÁREA 4: SAÚDE

Data Término: 26/12/2016

Proponente: Eurofarma Laboratórios Ltda.

Executor: Eurofarma Laboratórios Ltda.

UF: SP

Título: Agregando Valor a Princípio Ativo de Produto Biotecnológico

Valor Finep: R\$ 1.760.700,00

Valor Bolsas: R\$ 0,00

Objetivo Principal:

Produzir e reagir filgrastima com polietileno glicol para tornar a filgrastima ativa durante maior tempo no organismo humano – peguilação da filgrastima

Principais Resultados:

A empresa domina a tecnologia de produção e peguilação da filgrastima, substância importante na redução de efeitos colaterais em pacientes imunodeprimidos por conta do tratamento quimioterápico contra o câncer.

Em linhas gerais, o projeto cumpriu as etapas de desenvolvimento inicialmente previstas; entretanto, seu processo produtivo em escala ainda depende da superação de alguns requisitos regulatórios junto à Anvisa.

Principais Impactos:

Transferência de resultados, formação de quadros, empregabilidade, geração de impactos positivos no meio ambiente, aumento de produtividade, etc)

Ainda não há impactos decorrentes do desenvolvimento da filgrastima peguilada.

ANEXO 3 – Operações de Financiamento Não Reembolsável (Finep) encerradas em 2016

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
0089/15	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	MG	80.000,00	80.000,00
0215/14	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	SC	3.999.881,36	2.347.904,34
1618/10	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSÃO RURAL - MS	MS	790.053,35	661.046,14
1616/10	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS	SP	1.814.047,85	723.164,45
1453/08	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA	RJ	2.698.998,40	1.615.023,40
1460/08	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - MG FILIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA	MG	2.693.250,00	2.688.700,59
1514/10	ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA - UNISINOS	RS	4.784.606,82	4.318.490,82
2022/10	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	720.934,50	621.934,50
2025/10	INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA E REGULAÇÃO	BA	723.402,72	703.250,30
1928/10	CENTRO DE ESTUDOS EM TELECOMUNICAÇÕES DA PUC-RIO	RJ	1.000.000,00	995.256,33
1997/10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	SP	842.730,00	606.223,15
1895/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - COPPE	RJ	1.387.300,00	1.373.168,08
1987/10	ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	RS	2.218.790,00	2.165.190,00
1981/10	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA	SC	1.706.250,00	1.668.980,44
1557/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	907.916,85	907.916,85
1795/10	ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	7.100.000,00	7.100.000,00
1814/10	FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO	SP	3.500.000,00	3.485.993,56
0524/10	LABORATÓRIO DE FOTOLOGIA E FOTOMEDICINA - DEPARTAMENTO DE QUÍMICA	SP	2.245.923,96	2.245.923,96
0511/10	LABORATÓRIO DE MATERIAIS POLIMÉRICOS - DEMAT - UFRGS	RS	999.636,40	826.976,20
0552/10	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS	RJ	1.089.096,00	1.086.409,21
0741/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	PB	1.738.837,00	1.738.837,00

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
0720/09	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	MG	541.000,00	541.000,00
0745/09	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	TO	2.499.900,00	2.499.810,34
0310/12	INSTITUTO CERTI AMAZÔNIA	AM	3.911.922,16	3.258.239,09
0303/12	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	806.280,41	777.827,80
0311/08	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	6.863.397,03	6.191.327,03
1899/07	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PA	7.037.494,00	7.037.494,00
2395/09	FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁLISE, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	AM	1.888.000,00	331.545,00
2398/09	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI / DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA	RO	2.665.000,00	888.499,20
0821/09	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	ES	704.174,00	698.609,44
1640/08	MINISTÉRIO DA SAÚDE - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	RJ	4.827.000,00	4.011.594,83
1642/08	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO	SP	700.000,00	685.687,20
2779/03	COMANDO DA MARINHA - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO - FILIAL (BAIXADA)	SP	35.447.870,24	32.223.978,36
4276/05	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	PB	2.492.042,00	2.492.042,00
0993/10	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - INSTITUTO NACIONAL DO SEMI ÁRIDO	PB	1.055.110,80	967.955,70
1380/10	MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	PA	1.556.541,00	1.606.631,70
0909/10	MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	PA	882.078,43	882.078,43
2618/09	CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	RJ	12.023.338,94	11.576.160,37
2551/09	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - RJ	RJ	13.656.683,00	9.728.375,30
2619/09	COMANDO DO EXÉRCITO - CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO - BAIXADA	RJ	6.724.479,73	6.132.552,88
0956/11	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - DF	DF	90.000.000,00	50.000.000,00
2376/06	COMANDO DA AERONÁUTICA - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL	SP	33.245.999,98	32.845.300,53
0408/12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	2.601.381,19	2.337.436,32

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
2070/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS	RJ	997.500,00	997.500,00
0616/10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	4.224.782,18	385.300,76
1666/08	SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL DO AMAZONAS	AM	3.449.268,00	2.841.364,00
1792/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-FACULDADE DE FARMÁCIA	PA	1.950.790,00	1.950.790,00
1263/07	INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES	PE	527.627,00	527.627,00
1449/13	ASSOCIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNOLÓGICO	SP	383.308,88	220.304,44
0772/11	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	SP	961.941,30	961.941,30
0824/13	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	MG	524.744,70	524.744,70
0969/11	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA	RJ	542.157,00	284.408,50
1394/13	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	SC	545.436,03	545.346,82
1395/13	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	SC	712.668,08	700.788,08
0023/11	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	400.848,00	138.492,00
0785/11	INSTITUTO DE PESQUISAS ELDORADO - FILIAL - CAMPINAS	SP	2.532.251,86	2.459.251,86
1360/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	1.152.397,91	1.152.353,24
0835/13	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - PUC-RS	RS	2.253.563,00	2.250.804,77
0846/13	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	PE	942.425,45	921.574,15
0850/13	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA	SC	891.420,00	891.420,00
0838/13	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RS	1.970.938,00	1.970.938,00
0852/13	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO - UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL CANOAS	RS	841.118,00	841.118,00
0854/13	MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	MS	999.989,50	999.989,50
0853/13	FACULDADES CATÓLICAS	RJ	3.000.000,00	2.999.756,00
1563/10	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	RS	382.457,95	382.457,95

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
1583/10	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	BA	979.671,45	977.173,35
1394/10	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	997.502,18	997.502,18
1433/10	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	964.950,00	931.950,00
1400/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MG	855.750,00	835.750,00
0490/12	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	269.997,84	107.999,14
1694/10	ESCOLA POLITÉCNICA DA USP - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	SP	1.693.230,00	1.668.590,69
1701/10	ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS	RS	1.542.890,32	1.455.563,02
1707/10	INSTITUTO EUVALDO LODI - NÚCLEO REGIONAL DE MINAS GERAIS	MG	1.326.453,62	1.321.768,18
1646/10	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DO RN	RN	709.501,39	356.621,39
1748/10	FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS	SP	1.226.700,00	1.140.002,30
1638/10	CENTRO CERÂMICO DO BRASIL - FILIAL	SP	1.341.565,25	1.341.565,25
0068/14	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RS	1.505.001,00	801.855,47
2643/09	INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA E REGULAÇÃO	BA	1.473.763,50	1.437.622,32
2650/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	1.654.965,55	1.654.965,55
2642/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	PB	829.746,59	829.746,59
2659/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	1.181.273,90	1.169.020,75
2653/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	827.890,38	827.890,38
2658/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	1.787.481,00	1.781.901,63
2666/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	1.947.533,00	1.916.567,41
0649/10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	GO	833.374,00	833.374,00
0659/10	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	AM	1.000.000,00	517.500,00
0653/10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	PR	1.299.222,00	1.253.873,10

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
0646/10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	PR	1.270.157,00	1.260.022,94
0636/10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	SC	1.344.610,00	1.336.171,74
0660/10	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	SP	255.000,00	230.204,80
0648/10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	PR	1.499.105,00	1.432.377,30
1824/10	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	2.473.524,37	2.448.524,37
1827/10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	1.645.620,75	1.188.540,56
1825/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CE	1.098.443,75	1.056.760,19
2005/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AL	1.028.139,00	957.616,61
0173/08	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	PE	1.674.117,00	1.574.546,71
0128/08	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AM	2.671.027,00	1.335.514,00
1126/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	PI	1.671.953,00	1.639.070,43
1148/10	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RJ	862.143,00	841.019,10
1133/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GO	1.374.686,00	1.273.444,64
1131/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	MG	1.330.468,00	1.324.107,61
1130/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	1.333.690,00	77.606,00
0444/09	SÃO PAULO SECRETARIA DE SAÚDE - INSTITUTO ADOLFO LUTZ	SP	1.463.000,00	1.410.968,67
0397/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	9.623.425,00	9.623.425,00
0407/09	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	PR	4.169.164,00	4.169.164,00
0357/09	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	7.044.059,00	6.568.939,90
0414/09	CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	RJ	949.425,00	824.513,80
0811/10	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	RJ	7.355.778,00	7.348.614,00
0721/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AL	5.117.725,00	4.960.176,70

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
0793/10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	TO	3.351.394,00	3.344.333,29
0857/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	MG	1.373.480,00	1.373.480,00
0856/10	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	AM	622.053,00	622.053,00
0851/10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	RS	1.088.196,00	1.088.196,00
0720/10	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - RJ	RJ	3.406.864,00	1.053.273,28
0878/10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	SC	1.684.759,00	1.234.437,00
0508/11	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INPA	AM	531.583,00	531.583,00
0489/11	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	MG	943.342,00	943.342,00
0413/11	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	SE	3.869.414,00	3.807.537,87
0507/11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	PA	1.050.697,00	1.050.696,99
0479/11	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	SP	1.123.453,00	1.123.453,00
0505/11	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INPE	SP	2.932.933,00	2.924.454,66
0493/11	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	SP	573.794,00	573.794,00
0386/11	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA - E INOVAÇÃO - INT	RJ	375.466,00	375.466,00
2504/09	INSTITUTO DE QUÍMICA	RS	842.260,00	842.260,00
0199/12	COMANDO DA AERONÁUTICA - INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO - IPEV	SP	1.854.991,00	1.854.991,00
0138/12	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	RS	997.065,00	997.065,00
0203/12	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	MG	1.468.463,00	1.468.463,00
0074/12	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	SE	3.381.393,00	3.372.256,90
0121/12	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	GO	1.027.901,00	1.027.901,00
0124/12	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI ÁRIDO	RN	1.461.893,00	1.449.781,18
0160/12	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP	SP	3.474.080,00	3.437.035,92

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
0168/12	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP	SP	4.033.416,00	192.066,00
0192/12	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	BA	1.993.889,00	1.993.889,00
0132/12	CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS EM ENERGIA E MATERIAIS	SP	2.000.000,00	2.000.000,00
0101/12	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS	RJ	1.165.153,00	1.165.153,00
0077/12	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	RS	1.114.354,00	1.114.354,00
0139/12	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	RS	938.141,00	938.141,00
0682/13	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP	SP	2.481.083,00	2.481.083,00
0729/13	INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	RJ	2.014.899,00	2.014.899,00
0606/13	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	SP	1.984.592,00	1.984.592,00
0652/13	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS	RJ	1.957.000,00	1.957.000,00
0718/13	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	RN	1.472.971,00	1.312.925,28
0646/13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	RS	1.720.231,00	1.710.700,18
0728/13	LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA	RJ	1.363.232,00	1.363.232,00
0660/13	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	MS	1.128.000,00	1.128.000,00
1333/10	COMANDO DA AERONÁUTICA - INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA	SP	1.769.323,48	1.676.222,55
1079/13	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RJ	2.280.750,85	1.140.375,43
2329/09	CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA	RJ	3.232.725,00	2.710.925,00
1789/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	1.940.736,00	1.901.174,27
1793/10	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	RJ	1.619.467,50	1.607.696,26
1613/08	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	4.961.527,00	1.975.923,00
2381/09	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - COPPE	RJ	11.500.000,05	11.354.439,83
1435/08	CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA	RJ	899.096,24	660.000,00

Ref	Executor	UF	Valor Contratado FNDCT	Valor Desembolsado FNDCT
2094/09	COMANDO DA AERONÁUTICA - INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS - FILIAL	SP	1.600.978,00	1.600.978,00
0988/10	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	ES	324.299,66	312.423,61
0033/11	INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLITICOS	RJ	1.665.432,00	1.647.578,67
0791/13	ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	RJ	1.929.160,00	1.884.427,20
2052/09	NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - UFPA/NAEA	PA	198.545,59	183.822,05
1836/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	1.110.400,00	1.103.337,34
2382/09	MINISTÉRIO DA SAÚDE - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	RJ	2.600.000,00	2.594.433,67
1090/10	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - RJ	RJ	357.000,00	331.490,00
1839/10	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	2.985.181,22	2.974.030,59
0717/10	CTI - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	SP	2.736.802,70	2.582.598,70
1834/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	2.234.400,00	1.796.310,80
0458/12	INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	RJ	931.338,32	931.338,32
2698/09	COMANDO DO AERONÁUTICA - INSTITUTO DE AERONÁUTICA E ESPAÇO	SP	1.228.920,00	1.228.920,00
1254/10	INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	478.079,00	334.655,30
1378/10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	RS	584.242,36	578.912,26
1261/10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	PR	570.625,90	536.892,20
Totais			501.404.169,67	417.163.731,28

Anexo 3a - Exemplo de projeto não reembolsável

Estudo Multicêntrico Longitudinal de Saúde do Adulto – ELSA-Brasil – Onda 2 - Cinco convênios.

O Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto - ELSA Brasil - é uma investigação multicêntrica de coorte composta por 15 mil funcionários de seis* instituições públicas de ensino superior e pesquisa das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. A pesquisa tem o propósito de investigar a incidência e os fatores de risco para doenças crônicas, em particular, as cardiovasculares e o diabetes.

Em cada centro integrante do estudo, os sujeitos da pesquisa – com idade entre 35 e 74 anos – fazem exames e entrevistas nas quais são avaliados aspectos como condições de vida, diferenças sociais, relação com o trabalho, gênero e especificidades da dieta da população brasileira.

Além de fomentar o desenvolvimento de novas investigações, o estudo será fundamental para a adequação de políticas públicas de saúde às necessidades nacionais. O ELSA torna-se possível pelo interesse do Ministério da Saúde e do Ministério da Ciência e Tecnologia em realizar pesquisas nacionais de grande porte sobre a saúde da população adulta no Brasil.

Referências: 1789/10, 1793/10, 1834/10, 1836/10 e 1839/10.

Convênios: 01.10.0643.00, 01.11.0093.00, 01.10.0746.00, 01.10.0742.00 e 01.10.0773.00

Demanda: Encomenda Vertical de Projeto de Pesquisa. Protocolos: 484, 485, 486, 488 e 490.

Data Término: 10/06/16, 24/09/16, 22/12/16, 22/06/16 e 28/06/16.

Proponentes: FMRGS, FIOTEC, FUNDEP, FAPEX-BA e Fundação Faculdade de Medicina.

Executores: UFRGS, FIOCRUZ/ENSP, UFMG, UFBA e Hospital Universitário da USP.

UF: RS, RJ, MG, BA e SP.

Títulos: ELSA-RS, ELSA-RJ, ELSA-MG, ELSA-BA e ELSA-SP – Onda 2.

Valor Finep: R\$ 1.940.736,00, R\$ 1.619.467,50, R\$ 2.234.400,00, R\$ 1.110.400,00 e R\$ 2.985.181,22.

Valor Bolsas: R\$ 362.400,00, R\$ 256.000,00, R\$ 107.631,84, R\$ 393.600,00 e R\$ 852.000,00.

Objetivo Principal: O ELSA tem como objetivos gerais estimar a incidência do diabetes e das doenças cardiovasculares, estudar sua história natural e investigar associações entre fatores biológicos, comportamentais, ambientais, ocupacionais, psicológicos e sociais relacionados a essas doenças e às complicações decorrentes, buscando compor modelo causal que contemple suas inter-relações. Pretende-se



também descrever a evolução temporal desses fatores e os determinantes dessa evolução, identificar modificadores de efeito das associações observadas e comparar os padrões de risco entre os centros participantes que possam expressar variações regionais relacionadas a essas doenças no país. De modo a permitir a realização de estudos futuros, inclusive com exames genéticos, será mantida a estocagem de material biológico e a extração de DNA.

Dando continuidade à primeira etapa de coleta de dados - Onda 1, nessa segunda etapa – Onda 2, os objetivos específicos incluem: 1. Dar continuidade à vigilância dos desfechos da coorte para identificação de casos novos de doenças referentes ao período de vigência da proposta. 2. Planejar a Onda 2 de entrevistas e exames do estudo, incluindo: definição do protocolo; pré-teste de entrevistas, exames e medidas; realização de estudos-piloto; e preparação do sistema de dados. 3. Realizar a coleta de dados previstos para a Onda 2. 4. Realizar análises com os dados coletados na Onda 1, elaborar artigos científicos e submetê-los à publicação. 5. Manter em atividade os Centros de Leituras de Exames e os Comitês Assessores e Diretivo do ELSA Brasil.

Principais Resultados:

A condução de um grande estudo multicêntrico e longitudinal, inédito no Brasil e América Latina impôs grandes desafios que foram aos poucos superados. O porte e a natureza multicêntrica, o caráter longitudinal (seguimento dos participantes por vários anos) e a complexidade das informações produzidas no ELSA Brasil resultam em dificuldades pouco conhecidas na pesquisa epidemiológica brasileira, exigindo grande esforço de superação e de criação de alternativas de gestão que também constituem produtos e integram a contribuição do estudo para a produção científica e tecnológica no país. Após dez anos de desenvolvimento e operacionalização, o ELSA constitui-se um polo de pesquisa e pós-graduação no tema Epidemiologia das doenças crônicas, com ênfase no diabetes e nas doenças cardiovasculares no Brasil. Os recursos públicos investidos viabilizaram um salto de qualidade na formação de epidemiologistas, clínicos, biólogos moleculares, estatísticos, entre outros, além de permitir um acúmulo sem precedentes em gestão em pesquisa no país. A significativa produção científica é expressa em inúmeras publicações nacionais e internacionais. A formação em pesquisa tem se dado, em especial na pós-graduação, através da orientação de alunos de mestrado e doutorado. Os resultados poderão subsidiar a definição de políticas públicas de saúde baseadas na realidade e condições nacionais.

Publicações:

ELSA Brasil: maior estudo epidemiológico da América Latina - 2009

<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/it-decit.pdf>

Construção do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil) - 2013

<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47s2/0034-8910-rsp-47-00-2-0003.pdf>

Artigos diversos



http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-891020130004&lng=pt&nrm=iso

Apresentação Resultados da Linha de Base do ELSA Brasil

<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/18/elsa-brasil-marco.pdf>

Principais Impactos:

Dentre os principais impactos destaca-se a formação de pesquisadores na condução de grandes estudos multicêntricos e longitudinais, voltados para as características e necessidades da população brasileira, com grande potencial para embasar a definição de políticas públicas no país.

Imagens disponíveis:

<http://www.elsa.org.br/oelsabrasil.html>

<https://agencia.fiocruz.br/elsa-brasil-pesquisadores-apresentam-os-primeiros-resultados>

<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/18/elsa-brasil-marco.pdf>

* O convênio 01.12.0284.00 foi firmado com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida e a Universidade Federal do Espírito Santo para a execução da Onda 1 do ELSA, porém a Onda 2 não foi apoiada pela Finep naquele Estado.

